

SUMÁRIO

.....

Capítulo I – INTRODUÇÃO	13
Capítulo II – PARTE GERAL – PARTICULARIDADES DO DIREITO PENAL ECONÔMICO	17
1. Conceito de direito penal econômico	17
1.1. Conceito em sentido estrito	18
1.2. Conceito em sentido amplo	19
2. Bem jurídico	21
2.1. Fundamentos do bem jurídico	21
2.2. Conceito de bem jurídico	27
2.3. Titularidade do bem jurídico	38
2.3.1. Concepção monista-individual de bem jurídico	38
2.3.2. Concepção dualista de bem jurídico	40
2.4. A identificação dos bens jurídicos coletivos	41
2.4.1. Os critérios de HEFENDEHL para identificar os bens jurídicos coletivos	43
2.4.2. Dos critérios adicionais de GRECO para a identificação dos bens jurídicos coletivos	45
2.5. Um caminho para a identificação dos bens jurídicos coletivos....	52
2.6. O caso dos crimes de tráfico de drogas	56
2.7. Classificações relevantes dos bens jurídicos.....	58
2.7.1. Bens jurídicos de confiança, de recursos consumíveis e de condições estruturais do Estado (HEFENDEHL).....	58

2.7.2. Bens jurídicos fisicamente demarcáveis versus bens jurídicos institucionais (SCHÜNEMANN)	60
2.7.3. Bens jurídicos imediatos versus bens jurídicos mediatos	61
3. Tipo penal (ESTRUTURA TÍPICA)	62
3.1. Considerações iniciais	63
3.2. Classificação quanto ao resultado lesivo	64
3.2.1. Crimes de resultado	64
3.2.2. Crimes de mera conduta	66
3.3. Classificação quanto à duração da consumação	67
3.3.1. Crimes instantâneos	67
3.3.2. Crimes permanentes	67
3.4. Classificação quanto ao número de bens jurídicos tutelados.....	68
3.4.1. Crimes simples.....	68
3.4.2. Crimes compostos.....	68
3.5. Classificação quanto ao sujeito ativo.....	69
3.5.1. Crime comum	69
3.5.2. Crime especial	69
3.5.3. Crime de mão própria	70
3.6. Classificação quanto ao fracionamento da conduta	70
3.6.1. Crime Unissubsistente	70
3.6.2. Crime Plurissubsistente	71
3.6.3. Crime habitual	71
3.7. Classificação quanto ao número de verbos típicos.....	71
3.7.1. Delitos de conteúdo único	71
3.7.2. Delitos de conteúdo variado.....	72
3.8. Classificação quanto ao grau de afetação do bem jurídico	72
3.8.1. Delitos de lesão	73

3.8.2. Delitos de perigo	73
3.8.2.1. Perigo concreto.....	73
3.8.2.2. Perigo abstrato	75
3.8.2.2.1. Crimes de perigo abstrato puros.....	77
3.8.2.2.2. Incriminação de ações massivas	77
3.8.2.2.3. Perigo abstrato-concreto	78
3.8.2.3. Propostas de limitações aos crimes de perigo abstrato	78
3.8.2.3.1. Delitos de ação concretamente perigosa	79
3.8.2.3.2. Delitos de acumulação	80
3.8.2.3.3. Delitos de preparação	81
3.9. Classificação quanto à completude do tipo penal	82
3.9.1. Norma penal completa	82
3.9.2. Norma penal incompleta	83
3.9.2.1. Norma penal em branco	83
3.9.2.2. Acessoriedade administrativa.....	86
3.9.2.3. Normas de reenvio	89
3.10. Classificação quanto à estruturação do tipo penal	90
3.10.1. Tipo básico	90
3.10.2. Variações típicas	90
3.10.2.1. Qualificadoras e privilegiadoras	90
3.10.2.2. Causas de aumento (majorante) e diminuição (minorantes).....	91
3.10.2.3. Delito independente ou <i>sui generis</i>	92
4. Omissão	92
4.1. Omissão própria	93
4.2. Omissão imprópria (ou comissão por omissão)	94

4.3. Estrutura típica dos crimes omissivos	95
4.3.1. Situação típica (perigo).....	95
4.3.2. Não realização da ação requerida pelo tipo	96
4.3.3. Capacidade individual de ação.....	96
4.3.4. Imputação objetiva do resultado	97
4.3.5. Posição de garante	97
4.4. Debate sobre a posição de garante.....	97
4.4.1. Critério formal.....	98
4.4.1.1. Obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância	100
4.4.1.2. Assunção da responsabilidade de impedir o resultado	100
4.4.1.3. Comportamento anterior criador do risco de resultado (ingerência)	100
4.4.2. Críticas ao critério formal.....	101
4.4.3. Critério material.....	103
4.4.3.1. Domínio sobre o desamparo do bem jurídico .	105
4.4.3.2. Domínio sobre o foco do perigo	106
5. Autoria e Participação	106
5.1. Sistemas sobre autoria e participação	107
5.1.1. Teoria unitária de autor	107
5.1.2. Conceito extensivo de autor	108
5.1.3. Conceito restritivo de autor	108
5.2. Teorias diferenciadoras.....	109
5.2.1. Teorias subjetivas	109
5.2.2. Teoria objetivo-formal	110
5.2.3. Teorias objetivo-materiais.....	111
5.3. Teoria do domínio do fato.....	112

5.3.1. Domínio da ação (autoria imediata)	113
5.3.2. Domínio da vontade (autoria mediata)	114
5.3.2.1. Em virtude de coação	114
5.3.2.2. Em virtude de erro.....	115
5.3.2.3. Em aparatos organizados de poder (domínio da organização).....	117
5.3.3. Domínio funcional do fato (coautoria).....	119
5.4 Teoria da infração do dever.....	121
5.5. Autoria e participação no Brasil	125
5.6. Autoria e participação nos delitos empresariais	129
5.6.1. Competência hierárquica (vertical)	130
5.6.1.1. Responsabilidade penal dos superiores hierárquicos	130
5.6.1.2. Responsabilidade penal dos subordinados	136
5.6.2. Divisão de trabalho (horizontal)	137
5.6.3. Modificação de competência por delegação ou especialização	137
Capítulo III – PARTE ESPECIAL – LEIS ESPECIAIS DE DIREITO PENAL ECONÔMICO	139
Crimes contra a Economia Popular – Lei 1.521/51.....	139
Crimes contra o Mercado de Capitais – Lei 6.385/1976	180
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/1986	197
Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo – Lei 8.137/1990.....	321
Crimes contra a Ordem Econômica (Combustíveis) - Lei 8.176/1991.....	447
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	455